

**ATA Nº5**

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 27 de junho de 2014.** -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 26/11/2013; 27/12/2013; 28/02/2014 e 30/04/2014.** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 30 DE ABRIL A 23 DE JUNHO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS.** -----

-----**PONTO TRÊS: JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE DE VAGOS E SANTA CATARINA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** -----

----- **PONTO QUATRO: MAPA DE PESSOAL 2014 – 1ª ALTERAÇÃO.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Manuel Marcelino Santos Manangão, Maria da Graça Matias Gadelho, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, e Liliana dos Santos Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Ana Paula Mourão Branco, Diana Marques Santos, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, eleitos na lista do CDS-PP. -----

----- António Carlos da Cruz Maia, Mário Batista Tarenta e Carla Filipa Ferreira Gouveia eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, presidente da junta de freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa

Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, presidente da junta de freguesia de Santo André de Vagos e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Apresentou pedido de substituição o senhor deputado Victor Fernando Santos Neto, representado por André de Jesus Pinho e Manuel José Ferreira Bogalho, representado pelo senhor António Bastião. --

----- Faltaram à presente sessão os senhores deputados, Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel José Ferreira Bogalho e Fernando José Silva Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza. -----

----- Da câmara municipal estiveram presentes os seguintes membros: o presidente da câmara municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os vereadores senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcínia Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques e senhor João Manuel da Cruz Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 26/11/2013; 27/12/2013; 28/02/2014 e 30/04/2014.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal informou os presentes de que irão ser submetidas a votação as atas das sessões realizadas nos dias 26/11/2013, 27/12/2013, 28/02/2014 e 30/04/2014. Assim sendo: a ata do dia 26/11/2013 foi aprovada por maioria, com três abstenções, dos senhores deputados André Pinho, César Grave e Victor Neto, por não terem estado presentes na reunião desse dia; a ata do dia 27/12/2013 foi aprovada por maioria, com uma abstenção do senhor deputado André Pinho, por não ter estado presente na reunião desse dia; a ata do dia 28/02/2014 foi aprovada por maioria, com uma abstenção do senhor deputado António Carlos Maia, por não ter estado presente na reunião desse dia e a ata do dia 30/04/2014 foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos senhores deputados Victor Neto, por não ter estado presente na reunião desse dia, e André Pinho. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 30 de abril e 23 de junho de 2014. O senhor presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

-----**C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do regimento da assembleia municipal de Vagos, o senhor presidente informou o órgão deliberativo que a mesa da assembleia municipal justifica as faltas dadas pelos senhores deputados Manuel José Ferreira Bogalho e Juan Carlos Martins à sessão de hoje. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ---

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- Neste período da ordem de trabalhos pediu e usou da palavra o senhor Hermes Fernandes para deixar um louvor a um conjunto de pessoas que através do seu mérito dignificam o concelho e relevam a importância das organizações vaguenses aos mais diversos níveis: senhor José Gonçalo Regalado, nomeado recentemente chefe de gabinete do ministro da administração interna; a equipa de futsal feminina da Gafanha da Boa Hora, pelo título de campeã distrital; a equipa de voleibol feminina do Colégio de Calvão, pelo título de campeã nacional; o treinador Márcio França, treinador da equipa de

voleibol feminina do Colégio de Calvão, a quem foi atribuído o prémio de melhor treinador do ano na modalidade de voleibol. É importante valorizar o que de bom vai acontecendo pelo concelho de Vagos bem como o esforço demonstrado pelas equipas e pelos treinadores aqui mencionados. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor César Grave e referiu que como é conhecido por esta assembleia municipal neste início de ano letivo o concelho de Vagos vai assistir ao encerramento de seis escolas. O senhor César perguntou se este executivo já analisou e acautelou as necessidades dos alunos deslocados e das famílias atingidas por esta medida. Entretanto, ouviu dizer que o concelho de Vagos perdeu um lugar no pré-escolar e quis saber se é verdade ou não esta informação. -----

----- De seguida o senhor António Bastião usou da palavra, apenas, para saber quando está prevista a inauguração da Biblioteca Municipal. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor Mário Castelhana e começou por se associar aos louvores deixados pelo senhor Hermes Fernandes. De seguida colocou quatro questões, segundo ele simples e objetivas, sendo que a primeira delas tem a ver com a perda de mandato declarada pelo tribunal administrativo do norte, a segunda com areias, a terceira com a MAIS VAGOS e a quarta com o saneamento e estradas do sul. *“Começando pela primeira, e como nota introdutória, ultimamente as notícias sobre Vagos não têm sido nada abonatórias ao bom nome das gentes de Vagos. Assim, no jornal oficial, de 04 de junho, O PONTO, encontro duas notícias que me parecem e deixam bastante preocupado como cidadão e como membro deste órgão municipal, que é esta assembleia. Diz o jornal na primeira página- tribunal declarou perda de mandato- referindo-se ao senhor Fernando Julião, atual presidente da União de Juntas de Freguesia de Vagos e Santo António. As questões relativamente a este assunto e que gostava de ser informado são as seguintes: Recorreu da sentença o senhor presidente da União de Juntas de Freguesia de Vagos e Santo António ou não? Gostava ainda de saber se o executivo tem sido solidário com o senhor presidente da União de Juntas de Freguesia de Vagos e Santo António ou não? E finalmente, também, gostava de saber, e que fosse aqui referida, a data a que se reporta a primeira decisão do TAF, março de 2013 ou março de 2014, e porquê? Porque as notícias que têm andado a ser publicadas são contraditórias. Depois, e ainda aproveitando o mesmo jornal, que diz aqui - areias ilegais, militares do CEPNA suspeitos de favorecer empresários vaguenses em extração ilegal de inertes - e remete-nos para a página cinco. Nesta página vimos que a investigação está a ser levada a cabo pela polícia judiciária de Coimbra, e com o apoio do DIAP de Aveiro, e na notícia refere que há desvios de autos de notícia que deveriam ter sido remetidos à CCR Centro, há escavações, há aterros ilegais em zona de proteção e recarga das aquíferas inseridas na REN, ações que constituem, segundo o jornal, contraordenação ambiental muito grave sendo puníveis com coimas que vão dos vinte aos trinta mil no caso de ser pessoa singular e dos trinta e oito mil aos setenta mil, no caso de pessoa coletiva. A minha primeira questão, relativamente a isto, é assim: A câmara municipal o que é que tem a dizer sobre isto? Sobre estas escavações, sobre aterros ilegais, etc., se é que tem alguma coisa a dizer; a segunda é: Anda por aí, também, algum político envolvido e embrulhado nestas areias movediças ou não? E agora com mais clareza e objetividade: está alguém político, ou técnico da câmara municipal indiciado, ou até mesmo arguido, neste processo? Uma vez que há GNR's, há empresários ligados ao setor, como diz o artigo. Há desvios ou sonegação de autos que deveriam ser remetidos à CCRC e não*

foram, há escavações, há aterros ilegais, etc. O que é que a câmara tem a dizer sobre isso? Terceira questão: MAIS VAGOS. Esta questão, que quero colocar, e que é mesmo também muito simples e objetiva é a seguinte: Foi, ou não, paga qualquer importância aos administradores da MAIS VAGOS com cargos políticos no ano de 2013? Se sim, se foi, queria saber, e que fosse aqui informada a esta assembleia, quanto é que foi pago, quando é que foi pago e a quem foi pago? Finalmente, no que diz respeito ao saneamento e estradas do sul quero aqui aproveitar para dar os parabéns ao executivo, na pessoa do senhor presidente da câmara, pelas reposições melhoradas que têm sido feitas ultimamente e também os asfaltos já iniciados em algumas localidades e, neste caso, refiro-me, muito particularmente, ao asfalto feito em Ponte de Vagos na rua que vai da igreja, junto à casa do senhor presidente da União de Juntas de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, até ao Canto de Baixo. Mas fica aqui um repto: não se esqueçam dos outros, ou melhor, das outras ruas e dos outros lugares no sul do concelho que também precisam, efetivamente, quer de melhor asfalto quer de melhor reposições.” -----

----- Seguidamente pediu e usou da palavra o senhor Óscar Pascoal para deixar uma recomendação quanto às atas, uma vez que o período em que são apresentadas é muito extenso, por exemplo verifica-se que de 26 de novembro de 2013 a 30 de abril de 2014 é muito tempo. Se passarem a ser apresentadas na sessão seguinte seria o ideal porque assim ter-se-á mais presente o que foi dito e aprovado. -----

----- De seguida usou da palavra a senhora Ana Paula Mourão e perguntou para quando é que está prevista a conclusão das obras da Folsas Novas visto que vem aí o Festival do Molicheiro e gostava de saber se fica tudo terminado atempadamente. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor Marco Aurélio Martins e felicitou a câmara municipal pela forma como conduziu o processo das Festas do Município e o êxito que alcançou. Segundo o senhor deputado foi muito importante a valorização para as gentes e a cultura de Vagos. Felicitou, também, a forma como foi organizado o Dia do Município e a nova identidade visual do Concelho e da assinatura que o irá promover. Questionou o senhor presidente da câmara sobre o custo total do trabalho desenvolvido até aqui e quais as mudanças que pretende implementar, sugerindo que se parta para estas o mais rápido possível e assim poder desenvolver um trabalho de comunicação junto das empresas, instituições e pessoas. O senhor deputado felicitou, ainda, a iniciativa pela homenagem feitas aos funcionários da câmara municipal aposentados como forma de reconhecimento por todo o trabalho e dedicação prestada à causa pública. Concluindo, felicitou o senhor presidente da câmara pelo cumprimento da promessa em liquidar a dívida às IPSS's. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor André Pinho e referiu que “*não esconde a cabeça na terra*” sobre as coisas que se vão passando no Concelho de Vagos mas, hoje, prefere realçar, aqui, as coisas boas que vão sendo feitas e deixar os parabéns a uma equipa de futebol que subiu à primeira divisão de honra que é o Grupo Desportivo de Calvão Sénior. Os atletas são maioritariamente pertencentes à terra, ou muito próximo da terra, e dignificaram mais uma vez, e já é longa a história do Calvão, o Concelho. O clube é composto por cerca de oitenta jovens que amanhã vão ser eles os campeões e levar Vagos mais longe. Outra equipa a realçar é a equipa feminina do Vólei, do Colégio de Calvão, que foram campeãs nacionais e, por isso, o senhor deputado quis deixar um agradecimento pelo esforço feito e pela

dedicação, tanto das atletas como dos treinadores. Ao ler os jornais, também, se encontram notícias positivas e por isso felicita o presidente da câmara pelo protocolo que vai ser assinado entre a Universidade de Aveiro e o Concelho de Vagos. Este será, sem dúvida, um importante marco para o futuro do Concelho de Vagos e congratula-se, também, por mais uma vez o PSD e executivo abrirem as portas, ouvirem as pessoas e ter a preocupação de consultar as pessoas e ouvi-las para que de todas as partes surja um bom plano que dignifique esta terra. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e dirigiu a primeira questão ao presidente da mesa para saber como vão os trabalhos das alterações ao regimento. As questões colocadas pelo senhor Mário Castelhana já, de alguma forma, englobam aquilo que queria perguntar e gostaria de ouvir o senhor presidente da câmara sobre as mesmas, lembrando que tomou uma posição pública sobre as adjudicações que foram assumidas pelo anterior presidente da junta de freguesia de Santo António de Vagos. Entretanto, referiu que no site da câmara municipal existe um acesso para os membros da assembleia municipal e o senhor Filipe Ramos nunca entendeu qual é a pretensão da câmara com essa página e que o entendimento não vai fazer disso. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor José Augusto Martins e referiu que é de Soza mas vive em Vagos há vários anos e é para ele um motivo de orgulho ter um presidente de junta que em tão pouco tempo conseguiu fazer obras, nesta junta de freguesia, que são visíveis e a população reconhece o trabalho feito por aquele executivo. Além das obras foi tomada uma atitude que é de louvar nesta altura da vida e que foi o executivo da junta de freguesia ter pago os manuais aos alunos do 1ºCEB. O senhor José Martins chamou, ainda, atenção para a quantidade de obras que existem em andamento no concelho de Vagos e perguntar o ponto de situação: a Quinta do Ega; Praia da Vagueira; exterior ao estádio municipal; centros escolares e biblioteca municipal. Questionou, ainda, o presidente da câmara do porquê do encerramento do processo das obras do centro da vila e se as obras avançam, ou não, porque é uma necessidade para Vagos, para os munícipes e muito mais para os comerciantes da vila que ao longo destes anos têm perdido bastante clientela por não haver estacionamento próximo dos seus estabelecimentos. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor Victor Neto dirigindo-se ao senhor presidente da câmara municipal para referir que para além de membro da assembleia municipal, representando a zona sul do concelho, é também pai de crianças que frequentam o 1ºCEB, e que irão ser transferidos para o centro escolar, e está, tal como todos os pais, preocupado com a falta de informação relativamente ao assunto. Não sabe se a responsabilidade é da câmara municipal se do agrupamento de escolas mas é importante que o mais célere possível houvesse informação concreta sobre o funcionamento do centro escolar, o transporte, a alimentação e todos os serviços aderentes de modo a sossegar as pessoas e para não criar a onda do “*diz-se que...*” que circula. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Mário Tarenta e referiu que quanto ao senhor presidente da câmara, e porque foi aqui registado o feito do Calvão, não tendo a mesma dimensão que tiveram os outros clubes e os outros grupos, que é uma dimensão mais restrita, é de lembrar a atitude que teve no domingo à noite quando, apesar da distância, se prontificou a entrar em contacto com os jogadores e a direção do grupo desportivo de Calvão enquanto estavam em comemoração. Esta atitude

demonstra que quis estar presente e acarinhar este momento e isso é de louvar pois é um grande incentivo. Entretanto, fez referência à falta de saneamento na freguesia de Calvão e considerou que este é um drama que começa a inquietar cada vez mais a população. O senhor deputado não sabe quais são as possibilidades porque isto é uma área que se resolve com muito boa vontade mas sobretudo com muito dinheiro e a crise toca a todos, é certo, mas fica aqui o alerta a um problema que é comum a muitas freguesias do concelho de Vagos. O senhor deputado, até pelos conhecimentos jurídicos que tem, partilhou a sua opinião sobre as questões levantadas acerca do processo judicial que envolve o presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. Apesar de perceber a pertinência da questão da eventual pedra de mandato explicou que há princípios básicos que é o princípio da presunção da inocência e, portanto, há que ter algum cuidado. Apreciou a intervenção do Mário Castelhana mas terá de haver algum cuidado para que não haja precipitações, porque há princípios básicos a respeitar e o da presunção da inocência é um deles, e o que tiver de ser será, e muitas vezes apaga-se num minuto, numa precipitação, num boato assassino, ou com um erro que eventualmente possa ter acontecido, toda uma obra que no fundo não deixa de ser meritória da pessoa em questão. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa começou por responder às questões que lhe foram colocadas. Assim sendo, referiu que as atas da assembleia municipal passarão a chegar o mais cedo possível e a proposta de regimento virá a sessão de setembro. Relativamente ao pagamento das senhas de presença a todos os elementos que compõem os órgãos sociais, sem exceção, da MAIS VAGOS este foi efetuado até 16 de novembro de 2011, data da entrada em vigor da nova lei do setor empresarial local. A partir da entrada em vigor desta lei todos os elementos dos órgãos sociais da MAIS VAGOS com nomeação política com exercício de cargos a tempo inteiro deixaram de receber quaisquer senhas de presença recebendo, apenas, os restantes elementos. Em resposta concreta à questão colocada o senhor presidente da mesa esclareceu que os órgãos sociais da MAIS VAGOS, todos sem exceção, estiveram sem receber senhas de presença durante dois anos, todos sem exceção. Portanto, as senhas de presença que eram devidas a todos os elementos dos órgãos sociais, no caso dos políticos até ao dia 16 de novembro de 2011, foram pagas em 2013 e nenhuma se refere, no que toca aos políticos, aos anos 2012 e 2013. Esta decisão foi tomada de acordo com um parecer pedido à CCDR, apesar do entendimento da câmara municipal ser no mesmo sentido e assim ser também o entendimento do legislador, porque chegou-se ao ponto de nas sessões da assembleia municipal se consultar as atas da assembleia da república da elaboração da lei. O objetivo era o de esclarecer, de uma vez por todas, se os políticos que fizessem parte dos órgãos sociais fossem excluídos quer do exercício quer das senhas de presença. -----

----- Prestados os devidos esclarecimentos por parte do senhor presidente da mesa passou a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

----- O senhor presidente da câmara iniciou a sua intervenção referindo-se ao falecimento do senhor Mário Reis Pedreiras, vice-presidente da câmara municipal durante o mandato 2001/2005, e prestando-lhe assim homenagem e deixando uma palavra de louvor pelo trabalho desenvolvido. A câmara municipal aprovou um voto de pesar e enviou as condolências à família. Relativamente às intervenções feitas pelos membros da assembleia municipal e referindo-se, desde logo, aos louvores aqui deixados,

ao qual a câmara municipal se associa, com muito orgulho, deixou um agradecimento especial a todas as associações pelo trabalho desenvolvido. Uma nota especial ao senhor deputado Mário Tarenta porque se entrou em contacto com o grupo desportivo de Calvão, que é verdade e falou com todos os elementos, embora num ambiente de muita festa e que perceberam pouco o que lhes disse mas a tentativa ficou, foi porque ele lhe deu nota que o resultado tinha sido obtido. Felizmente o senhor presidente não pode deslocar-se a Calvão, por impedimentos de ordem pessoal, mas foi através do telemóvel do senhor Mário Tarenta que o senhor presidente da câmara felicitou o grupo desportivo de Calvão. É com este tipo de atitudes que se vê que depois das eleições só há uma cor, ou seja, o Concelho de Vagos. Relativamente à questão do senhor deputado César Grave, sobre os centros escolares, e de saber se houve a perda, ou não, de um lugar no pré-escolar esclareceu que até à data não tem conhecimento dessa decisão. As inscrições terminaram este mês, para o pré-escolar, houve uma reunião esta semana com o agrupamento de escolas e essa não foi uma questão discutida. O encerramento das escolas não foi forçado pelo ministério da educação, que fique claro, e sim porque os centros escolares vão abrir. Este encerramento já estava previsto a quando da aprovação, na assembleia municipal, da carta educativa do concelho de Vagos que previa a construção de cinco centros escolares. Nesta fase foram construídos dois centros escolares, desses cinco, e, portanto, obviamente, obrigava à transferência dos alunos das escolas que existiam para estes centros escolares. A opção, hoje, pode ou não discutir-se mas enquanto não se abrir um procedimento da revisão da carta educativa não faz muito sentido até porque as obras estavam já em execução. O que se trata aqui não é um verdadeiro encerramento e sim um acordo feito entre o governo da altura e a assembleia municipal que aprovaram essa carta escolar. Agora, obviamente, que nesta fusão poderá haver perda de professores e aqui o senhor presidente questionou o senhor César Grave se era a isso que se referia. ---  
----- O senhor César Grave referiu que lhe constou que em Santa Catarina iria deixar de funcionar o pré-escolar. -----  
----- O senhor presidente da câmara retomou a palavra e informou de que o pré-escolar de Santa Catarina irá ser transferido para o centro escolar de Fonte de Angeão, assim como o pré-escolar do Covão do lobo e de Ponte de Vagos e as escolas de 1ºCEB de Ponte de Vagos, de Fonte de Angeão, de Covão do Lobo e Santa Catarina. Todas estas escolas serão integradas no centro escolar de Fonte de Angeão. No que respeita às necessidades de transporte e de alimentação no caso da Gafanha da Boa Hora o assunto negociação está encerrado, porque será feito através da parceria com a Associação Boa Hora que fornecerá as refeições e fará também os transportes das crianças. Em relação ao caso de Fonte de Angeão o que acontece é que o centro escolar de Fonte de Angeão cai sobre a área de abrangência de quatro IPSS's e têm vindo a ser feitas reuniões, uma das quais no próprio centro escolar, para se chegar a um entendimento relativamente à forma como vai ser feito o fornecimento das refeições. A câmara podia optar pelo caminho mais fácil que era contratar uma empresa que confeccionasse as refeições, como é feito na maior parte dos casos, com uma clara perda de qualidade na alimentação das crianças. O agrupamento de escolas tem duas cantinas a funcionar sendo que uma era concessionada e a outra de cozinha própria e o que vai acontecer para o próximo ano letivo é que vão deixar a concessão e passar a confeccionar todas as refeições em cozinha própria, passando a haver

uma cozinha nas instalações da escola secundária e a da C+S fica só para o empratamento e distribuição mas tudo confeccionado por funcionários do agrupamento de escolas. No caso do Centro escolar da Fonte de Angeão não se seguiu esse caminho, embora fosse o mais fácil, e está-se a reunir com as IPSS's para chegar a um entendimento, e está-se no bom caminho. O senhor presidente não quer avançar, ainda, com a solução porque não está, ainda, encontrada. Há duas possibilidades, neste momento, em cima da mesa sendo que uma com maior grau de probabilidade de execução do que a outra mas, de todas as formas, serão, de certeza, as IPSS's a fornecer as refeições no centro escolar da Fonte de Angeão. No caso dos transportes já foram informados os pais, na altura da entrega das notas, de que a câmara municipal irá assegurar-los no ensino obrigatório, neste caso o ensino básico, cujas distâncias atinjam mais de 4 Km em relação à escola de origem com o centro escolar. A câmara irá assegurar todos os transportes que serão obrigatórios. Também já em reunião com o agrupamento de escolas, já no decorrer desta semana, chegou-se a um entendimento de, relativamente ao pré-escolar, fazer-se, apesar de não ser obrigatório por lei, o transporte gratuitamente para os centros escolares. Em relação às AEC's, de facto, também ainda, não se sabe como irão funcionar no próximo ano letivo mas, com certeza, o agrupamento de escolas e a câmara municipal assegurarão as AEC's como é evidente e como já o fez anteriormente. O agrupamento em última instância tem sempre que assegurar as AEC's embora com alguma dificuldade na colocação de professores e que gerou muito polémica este ano, porque quando sai um professor, e o problema é que alguns vêm de longe para dar uma ou duas horas, e tem colocação vão-se imediatamente embora. Entretanto, torna-se difícil a ocupação do lugar porque o agrupamento tem de seguir a colocação que está na plataforma e por isso é difícil conseguir um professor. Se for a câmara municipal a organizar sai mais caro do que aquilo que é rentabilidade do próprio projeto, daquilo que o ministério transfere. A câmara já o fez durante um ano e conseguiu-se comprovar isso, aliás, ficou cerca de cinquenta mil euros mais caro à câmara do que aquilo que recebia, tem sempre de haver um investimento por parte da câmara municipal. A câmara não coloca de parte essa hipótese caso isso se venha a transformar numa mais-valia para os alunos e, portanto, está-se a discutir essa questão das AEC's embora este não seja o assunto que mais preocupe os pais, neste momento. As questões que mais preocupam os pais têm a ver com os transportes, e essa estará completamente assegurada pela câmara municipal, e com refeições, que no caso da Gafanha da Boa Hora é bastante fácil de resolver e no caso de Fonte de Angeão será com certeza, também, resolvido atempadamente. É bom que se tenha em conta que se a câmara municipal opta-se pelo caminho mais fácil, que seria concessionar o serviço, as IPSS's ficavam nos seus quadros com pessoas que estavam afetas a um determinado serviço e que, neste momento, iriam ficar excedentárias ou teriam que ser despedidas. Por isso, mal seria se a câmara não tivesse essa preocupação social arranjando uma solução que integre essas pessoas, porque as IPSS's são um dos melhores parceiros da autarquia e têm-se feito muitas coisas em conjunto. Há dias numa reunião com o agrupamento de escolas dizia-se que quando eram as IPSS's a fazer as AEC's muitas vezes havia algumas reclamações mas hoje verifica-se que esse sistema revelou-se muito melhor do que este e não é por culpa do agrupamento, que sempre fez tudo e empenhou-se para que os professores estivessem colocados a tempo e horas. O problema tinha a ver com a própria disponibilidade dos professores e a obrigatoriedade de ir à plataforma



e, portanto, tornou o processo bastante complicado. Relativamente à biblioteca municipal o último prazo que existe, depois de mais uma reunião com o empreiteiro e subempreiteiros, será de duas semanas para a conclusão, ou a possível conclusão, da obra. Em relação às questões colocadas pelo senhor deputado Mário Castelhana em algumas delas, e aqui o senhor presidente referiu que concorda com o senhor Mário Tarenta quando este diz que *“devemos ter em conta sempre o princípio da presunção da inocência”*, deve ter-se em conta um princípio que é básico, ou seja, o princípio da separação de poderes e, portanto, não sabe responder por não serem da sua competência. No que respeita à extração de inertes e se há algum político constituído arguido o senhor presidente não sabe responder, bem como todas as questões que colocou sobre este assunto, porque o que sabe é o que veio no jornal. Relativamente à questão sobre a perda de mandato do senhor presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António e sobre a solidariedade do executivo para com o presidente de junta o que pode dizer é que ela existe e existirá, pelo menos da parte do senhor presidente, e aqui só pode falar por ele, tanto quanto seja com o presidente de junta eleito legitimamente empossado. Do ponto de vista da relação política e institucional ela existe, existirá quer seja com o senhor presidente de junta de Vagos e Santo António quer seja qualquer um dos outros sete presidentes de junta. Do ponto de vista do executivo da junta o que se tem visto é total solidariedade com o senhor presidente de junta de freguesia. Em relação ao facto de saber se recorreu ou não recorreu da sentença, e apesar do processo estar em segredo de justiça, se continua em exercício de funções parte-se do princípio que sim. O senhor presidente referiu que não pode deixar, neste momento, de subscrever aquilo que foi dito pelo senhor José Martins, porque de facto o senhor presidente da junta de Vagos e Santo António, como qualquer um dos outros sete, porque não tem aqui nada de especial, tem sido alguém com quem tem trabalhado, ao longo destes meses, muito bem. Tem feito tudo em prol das populações para as quais foi legitimamente eleito, para governar e para ajudar, e, portanto, enquanto assim for o senhor presidente da junta de freguesia de Vagos terá a total solidariedade e amizade por parte do presidente da câmara de Vagos que é muito mais importante que outra querela política, porque sempre o considerou e considera um homem capaz e um autarca exemplar. Relativamente ao saneamento e às estradas da zona sul informou o senhor presidente de que ainda hoje esteve nas freguesias afetadas reunidos com a ADRA para estudar o processo e estudar algumas soluções para alguns dos problemas que existem, no caso concreto houve mais alcatroamentos integrais que se devem a questões exclusivamente técnicas. As melhorias dos asfaltos foram exigidas pela câmara municipal e pelos presidentes de junta, porque faz sentido que as pessoas tenham uma estrada pelo menos tão boa como aquela que estava antes das obras. Tendo em conta aquilo que existia não se pode pedir que numa estrada que estava degradada que agora depois da intervenção ela fique milagrosamente boa. Portanto, esse esforço deve ser feito e mais tarde a câmara municipal terá de perfazer algumas pavimentações, nomeadamente na estrada principal, a nº598, que liga Rines a Sanchequias. Em relação à questão da senhora deputada Ana Paula Mourão, sobre o Cais das Folsas Novas, a obra está integrada na requalificação da Quinta do Ega e sofreu, agora, mais um pedido de prorrogação do prazo, para o dia 15 de julho de 2014. De todas as formas aquilo que diz respeito ao Festival do Moliceiro já está assegurado com o Rancho Folclórico de Santo António de Vagos, até porque as questões de tempo, aqui, não estão totalmente nas mãos da

autarquia e no Cais da Folsas Novas há, ainda, uma questão a ultrapassar. A senhora vereadora Dulcínia Sereno está a tratar com o Rancho Folclórico e este ano o festival irá realizar-se num formato diferente e na Casa Gandareza que a câmara municipal reconstruiu e protocolou a utilização com Rancho Folclórico de Santo António de Vagos. Em relação às questões do senhor Marco Aurélio, festas e dias do município, informou de que devido à ausência de voluntários para participarem na organização foi decidido ser a câmara municipal a tratar de tudo o que dissesse respeito às festas da vila e que correram muito bem. A questão da comemoração do Dia do Município é algo que a câmara municipal quer ver instituído, daqui para a frente, e irá sempre ser assinalado de modo formal este dia. No que respeita à marca, que foi lançada no Dia do Município, e não se podia ter encontrado dia melhor que o Dia do Município. O custo total do trabalho, e o único custo que houve foi o da elaboração do logotipo, que foi feito externamente, ficou na casa dos dois mil euros. O vídeo e o texto apresentados foram feitos recorrendo a prata da casa, pelos elementos do gabinete de apoio ao presidente, nomeadamente o senhor Pereira de Moura e o senhor Hugo Silva, e a voz a ser gentilmente cedida, também ela gratuitamente, por uma jornalista do concelho de Vagos a Carla Rebelo, natural de Santo António de Vagos. O único custo que este vídeo teve foi de cento e cinquenta euros das imagens aéreas, porque a câmara não dispõe de nenhum avião para fazer as filmagens. Sobre o pagamento às IPSS's foi ao encontro do que já havia sido aqui referido aquando da prestação de contas e fez-se esse pagamento. Agora, terá de se renegociar com as IPSS's para fazer coincidir o cronograma financeiro com as disponibilidades que se vai tendo de tesouraria. Em relação à intervenção do senhor André Pinho o senhor presidente partilha a solidariedade para com as felicitações que aqui deixou. O protocolo com a universidade de Aveiro o objetivo e a ideia é fazer-se um plano estratégico a vinte anos do município de Vagos. Esse trabalho, que teve agora a sua fase inicial, será um processo que terá a consulta de todos os *stake holders*, todas as pessoas e entidades que têm diversos interesses no município, desde a câmara municipal, passando pelos deputados municipais, os partidos políticos, as associações, os clubes e a população em geral. O processo será sempre coordenado pela universidade de Aveiro através de sessões de esclarecimentos para elaboração desse plano estratégico. A ideia e o objetivo são que esse plano estratégico deixe como referência dez intervenções prioritárias para o município, dessas dez três serão prioritárias, para que depois se possa utilizar, também, esse documento nas candidaturas que irão ser feitas ao próximo quadro comunitário de apoios. Em resposta à questão do senhor Filipe Mendonça Ramos sobre o *site* da câmara informou de que na última reunião de câmara deu-se início ao procedimento para a reformulação do *site* e, portanto, todas essas questões serão tidas em conta. Relativamente à questão do senhor José Martins sobre o estado das obras referiu que na praia da Vagueira houve algumas pequenas intervenções para preparar a época balnear e duas grandes intervenções no âmbito do Polis da Ria: a ciclovia e o percurso pedonal entre a Costa Nova e a Vagueira. Estas obras terão a sua data prevista de conclusão em finais de julho. O município de Vagos e de Ílhavo já pediram para que esse prazo fosse antecipado, atendendo ao início da época balnear. O encerramento das obras no centro da Vila deve-se a alterações de projeto que se verificou serem necessárias, nomeadamente, junto à biblioteca onde houve a necessidade de refazer o projeto, porque era preciso reformular o projeto de águas pluviais existente e conciliar com o projeto de águas pluviais do

edifício da biblioteca. Portanto, o procedimento que existia a câmara municipal encerrou-o e, agora, vai abrir-se um novo com essas alterações aí previstas. Em relação à questão do saneamento em Calvão fica, como tudo o que resta no Concelho, para uma 2ª fase de investimentos da ADRA. A câmara, neste momento, está num processo de revisão do estudo de viabilidade económica financeira da ADRA que envolve todos os municípios e a própria empresa. Existem muitas questões, relativamente ao saneamento, a resolver nomeadamente situações bastante delicadas do ponto de vista ambiental que têm de ser resolvidas o mais rapidamente possível mas isto, obviamente, são obras caras, obras que necessitam do recurso a fundos comunitários, porque por si só não são sustentáveis. Portanto, terá de se aguardar para ver qual é a disponibilidade financeira que a ADRA tem para o concelho de Vagos, para os próximos cinco anos, que é o período de revisão do EBF, e a partir daí o município irá estabelecer as suas prioridades em conjunto com os presidentes de junta de freguesia. O senhor presidente referiu que já foi estabelecido contacto com todos os presidentes de junta de freguesia para saber quais são essas prioridades e, obviamente, que o senhor presidente de junta de freguesia de Calvão fez sentir a mesma preocupação que o senhor Mário Tarenta. Depois, quando se iniciarem as obras, por muito bom que seja o empreiteiro vai causar constrangimentos à população, com estradas destruídas e vai haver um período em que as pessoas vão ter que andar em terra batida e, portanto, como se sabe as obras de saneamento têm sempre esta dupla face, ou seja, por um lado são obras úteis e fundamentais para o equilíbrio ecológico e por outro lado são sempre obras que dão dores de cabeça por muito bem que elas corram. -----

----- O senhor Mário Castelhana pediu para voltar a usar da palavra e referiu que o senhor presidente da câmara municipal não respondeu a uma das questões que colocou, relativamente ao caso do tribunal ter declarado a perda de mandato, e para esclarecer que não disse que o senhor Fernando Julião perdeu o mandato e sim que se limitou a fazer referências às notícias publicadas. Com o que disse, também, não está a subestimar o trabalho extraordinário que o senhor Fernando Julião fez à frente da Junta de Freguesia de Santo António de Vagos. O que está aqui em causa é notícia publicada no jornal e que nada abona a favor das gentes de Vagos. A questão que se coloca aqui, e que é pertinente, era de saber qual é data a que se reporta a primeira decisão, ou seja, se é março de 2013 ou março de 2014. Porque, também como diz a notícia, isto aqui vem sendo averiguado desde 2011. O senhor deputado quer ver esta questão esclarecida para evitar comentários caluniosos e que se cometam injustiças. -----

----- O senhor presidente da mesa informou de que não é necessário passar a palavra ao senhor presidente da câmara porque ele respondeu à questão. O senhor presidente da câmara referiu duas coisas: primeiro, e tal como referiu o senhor deputado Mário Tarenta, é alguém que respeita o princípio da presunção da inocência, ou seja, enquanto não houver trânsito em julgado todos são inocentes; segundo disse que respeitava o princípio da separação de poderes e que tal como no processo das areias, também no processo administrativo, ele desconhece qualquer tipo de informações. -----

----- O senhor Filipe Mendonça Ramos voltou a usar da palavra e pediu para o fazer porque sentiu ser um alvo quando aqui se pediu contenção nas palavras, relativamente ao processo de perda de mandato. Todos têm que se lembrar que há um reconhecimento do ato, porque as adjudicações foram feitas pelo próprio autarca., publicamente. Ele referiu que não fez por mal mas que as fez, porque havia urgência

em fazê-las e que as fez. No entanto, há aqui uma questão política que tem de ser, pelo menos, discutida e o senhor deputado gostava de saber qual é a opinião do presidente da câmara sobre isto, ou seja, se este tipo de atitudes é prática comum e se concorda com elas. Há um assumir por parte do autarca, isto, há o assumir de um ato que não é politicamente aceitável, porque do ponto de vista jurídico tem de se esperar que o supremo tribunal se pronuncie caso aceite recurso. Não estão aqui a ser postos em causa os princípios que o senhor presidente da câmara referiu mas do ponto de vista político era bom que houvesse uma explicação, porque senão está-se “a esconder o gato com o rabo de fora”. O senhor deputado já fez questão de dizer publicamente que isto não é uma questão pessoal, nem nunca pronunciou o nome do autarca e nem é uma questão com interesses político-partidários mas é uma questão que como munícipe lhe interessa saber. -----

----- O senhor presidente da camara respondeu ao senhor deputado Filipe Mendonça Ramos dizendo-lhe “*que existe outro princípio, e aconselho-o a fazer leituras atentas da lei, é que o presidente de câmara não é pai dos presidentes de junta. Eu só tenho dois filhos e nenhum deles tem ainda idade para ser presidente de junta. O presidente de câmara e o presidente da junta, e os órgãos das juntas de freguesia e da câmara municipal, têm autonomia. Se quer que eu lhe responda politicamente eu respondo, não tenho nenhum problema em assumir a resposta política. A resposta política é tão simples quanto isto: o senhor Fernando Julião, enfim não precisa de mencionar o nome para toda a gente saber quem é, isso é que é esconder o gato com o rabo de fora, é um autarca de excelência, é um ser humano, pode cometer erros, não estou a dizer que seja o caso, mas pode cometer erros, é um autarca de excelência. Olhe é um autarca tão bom que foi disputado por vários partidos para as eleições autárquicas de 2013. Tenho dito.*” -----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 30 DE ABRIL A 23 DE JUNHO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor presidente da câmara municipal prescindiu de expor oralmente a informação. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos pediu para usar da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que de facto há um esforço, por parte da câmara, em fazer cumprir a lei dos compromissos e pagamentos em atraso. O senhor deputado ouviu na rádio umas declarações do senhor presidente da câmara, aquando, agora, da Rota das Freguesias, em Ouca, a dizer que tinha reduzido a dívida da câmara de dezanove para dezassete milhões. Assim sendo, voltasse à velha questão, ou seja, parece que não há uma redução da dívida, a não ser que assuma que estes três milhões do PAEL pertencem ao senhor presidente. A dívida é da câmara que vai ter que pagar este valor. O que poderá ser dito é que renegociou este valor com melhores condições e com prolongamento no tempo mas não é verdade dizer que reduziu a dívida de dezanove para dezassete milhões porque essa dívida ainda lá está. -----

----- O senhor presidente da câmara esclareceu que o que referiu à radio é verdade e o senhor deputado já participou na votação de uma conta cujo resultado final era a redução da dívida para dezasseis milhões e meio mas, neste momento, felizmente, já baixou e por isso continua-se o caminho de redução da dívida. Neste momento, a dívida total da câmara municipal, incluindo empréstimos, incluindo dívidas a fornecedores e incluindo o processo Ria Vagos, é de cerca de quinze milhões de euros. O senhor deputado ao elogiar o esforço feito, para redução da dívida, já responde à própria questão e, por isso, não se percebem as dúvidas. Nunca ninguém ouviu o senhor presidente dizer que o recurso ao PAEL significava uma redução da dívida. O recurso ao PAEL permitiu transformar dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo a ser paga a catorze anos com uma taxa de juro muito positiva para o município, que é a taxa da república mais 0.15 do ponto de vista financeiro foi um bom negócio para a câmara municipal. Os quinze milhões de euros, ou os dezassete que o senhor Filipe Ramos referiu, incluem os três milhões do PAEL. A dívida a fornecedores, há um ano atrás, era de cerca de quatro milhões e meio de euros e a dívida de empréstimos era, sensivelmente, o valor que aqui está, portanto, houve uma redução efetiva. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor deputado Mário Tarenta e referiu que pediu para usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos não para se pronunciar sobre a informação escrita do senhor presidente mas para confessar que nem sequer a leu. Isto, para chegar ao ponto que mais o atrapalha e que mais o incomoda e que mais o inibe de participar tão ativamente como os restantes colegas, nomeadamente os senhores Mário Castelhana e Filipe Ramos, que se vê que prepararam muito bem as suas intervenções, e voltar a lamentar a hora das sessões da assembleia municipal. O senhor deputado continua a não ter a colaboração desta assembleia no sentido de instituir uma hora de começo das sessões que seja mais compatível com a disponibilidade que tem. Ele sabe que não é só compatível com a sua disponibilidade mas que é muito cedo. Há aqui um certo autismo e uma certa teimosia porque também não é compatível com a disponibilidade de outros elementos desta assembleia mas que não têm a coragem e nem sequer o incómodo de voltar a *"pôr o dedo na ferida"*. O senhor deputado deixa a sugestão, isto é, repensar o início das sessões, porque da maneira que está não há tempo para preparar as intervenções e tomar as posições que quem o eleger espera que ele tome, que é uma posição interventiva, crítica e sob pena de não poder cumprir o mandato nem o juramento que fez e que todos os elementos desta assembleia fizeram. -----

----- O senhor presidente da mesa esclareceu que essa questão será abordada aquando da discussão da alteração a regimento na sessão ordinária de setembro. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 18 de junho de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara uma vez que o senhor vice-presidente não pode, por motivos pessoais, estar presente. Esta alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de

Vagos já esteve em discussão pública não tendo havido qualquer participação. O que se procurou nesta alteração foi sobretudo ir ao encontro das vontades e das expectativas de algumas propostas que a câmara municipal tinha. Esta proposta procurou, também, flexibilizar a utilização da ZIV, para que nas zonas de proteção pudessem ser instalados alguns equipamentos que o regulamento anterior não permitia e pode haver alguns interessados em instalar alguns equipamentos que ajudem a salvaguardar a própria zona industrial, como por exemplo no combate aos incêndios. No caso do lote 121 houve, aqui, uma alteração para permitir a instalação de um investimento que está quase ultimado do ponto de vista do terreno. Portanto, basicamente o que se procurou com este regulamento, para além de ir ao encontro de algumas propostas concretas que existiam, foi flexibilizar a sua utilização, procurar que esta utilização fosse mais compatível com aquilo que está previsto para o Parque Empresarial de Soza (PES), nomeadamente no que toca à possibilidade da gestão por uma entidade externa, que pode ou não ser a MAIS VAGOS, que possa assegurar a boa utilização daquela infraestrutura. Daquilo que é sensibilidade da câmara municipal é que embora se dê muita importância ao PES, pela possibilidade que tem de captação de grandes investimentos para o concelho, na ZIV situa-se o setor mais tradicional, diga-se assim, mais ligado às pequenas e médias empresas mas que também é fundamental preservar e conservar. Daí, a intenção da câmara em apostar na ZIV e está-se com um grande desejo e com uma grande ansiedade em perceber como é que vai ser o acordo com a Comissão Europeia e o Governo de Portugal para ver se é possível incluir a tal ligação, que se fala há muito tempo, entre a ZIV e o nó da A17 em Santo André de Vagos. Esse é um dos grandes objetivos da autarquia, por duas razões: para dar algum *upgrade* da logística à zona industrial; para retirar o trânsito pesado do centro da vila de forma a permitir, aqui, outras intervenções. Concluindo, este processo decorreu em tempo *record*, porque felizmente a câmara tem tido uma boa relação, desde há muito tempo, com as entidades e acaba-se por conseguir aprovar estes documentos num curto espaço de tempo, neste caso menos de seis meses para fazer todas as tramitações legais necessárias o que é de facto notável. -----

----- Entretanto, pediu para o usar da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos para fazer três notas que consideram importantes. A primeira delas é que se está a fazer uma correção ao regulamento e, portanto, permitir regular coisas que se foram deixando fazer. A segunda diz respeito à alteração aos afastamentos que permite, assim, mais 50m<sup>2</sup> por lote o que parece ao senhor deputado um tratamento desigual, porque os lotes grandes saem prejudicados em relação aos lotes pequenos. O senhor deputado é de opinião que esta alteração aos afastamentos devia ser em percentagem da área do lote e não por m<sup>2</sup> definidos. A terceira nota tem a ver com o lote 121 que em fevereiro sofreu uma alteração, aqui autorizada pela assembleia municipal, e o senhor deputado quer saber como é que vai ser resolvido o acesso a outro lote a poente, acima deste lote, porque há uma acesso acima desse lote que está à venda. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor presidente da câmara para esclarecer as dúvidas apresentadas pelos senhores deputados. Relativamente à possibilidade de instalação de mais 50m<sup>2</sup> tratam-se só de infraestruturas de apoio, porque reparou-se que uma empresa não podia colocar, por exemplo, uma proteção à entrada, e esta alteração visa ir ao encontro dessa questão. Em relação aos afastamentos se fosse como o senhor deputado referiu, em percentagem, é que favorecia os lotes

grandes em detrimento dos lotes mais pequenos e da forma que está é igual para todos. A questão não se trata disso, 50m2 pareceram, do ponto de vista técnico, razoáveis para a instalação de algumas infraestruturas, nomeadamente e principalmente a instalação de portarias. Uma empresa que queira uma portaria pode fazê-lo e algumas que já têm ficam com a situação normalizada. Por outro lado, relativamente ao acesso do lote 121, ou melhor, o acesso do outro lote, que não o 121, esse acesso não deveria lá estar e, portanto, não há qualquer preocupação. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade**. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 18 de junho de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE DE VAGOS E SANTA CATARINA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e explicou que se trata da atribuição de um subsídio à junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina para complementar outros apoios que a câmara municipal já tinha dado, relativamente a esta intervenção em particular, ou seja, em 2008 foi iniciado um processo de aquisição de terrenos na Ponte de Vagos e depois mais tarde a atribuição de um subsídio de cem mil euros. Este subsídio tinha como objetivo iniciar a construção de um campo de futebol com piso sintético na freguesia de Ponte de Vagos. Os terrenos foram adquiridos, foi iniciado o procedimento e na altura o pedido de junta de freguesia, e que foi à câmara municipal, pressupõe um apoio de seiscentos mil euros. Entretanto, foi aprovado naquele ano, em 2008, um subsídio de cem mil euros, subsídio esse que por razões de tesouraria só terminou de ser pago em 2013 o que pressupõe que a intervenção que ocorreu até ao momento, onde já foram gastos mais de cem mil euros, muita da despesa ficou ao encargo da junta de freguesia. O que a câmara municipal fez, neste caso concreto, foi adquirir os terrenos e pagar os cem mil euros que eram devidos do ano de 2008 e era o único subsídio que estava, formalmente, aprovado, portanto, o resto não foi aprovado, tendo ficado pendente para outras ocasiões atendendo às condições económicas e financeiras do país que tiveram consequências também no município de Vagos. Neste momento, esta verba que vem, hoje, aqui para aprovação, é para completar o trabalho que já foi iniciado em 2008. A Betel iniciou um projeto de escalões de formação e tem, neste momento, cerca de cem jovens a praticar desporto. Esses jovens treinam em condições que nos dias de hoje já nem deviam existir, no antigo campo de futebol de Ponte de Vagos e no relvado do parque de merendas. Também utilizam as infraestruturas do estádio municipal em partilha com outros clubes do concelho e utilizam, também, através de um acordo que têm com o grupo desportivo de Calvão, as instalações do grupo desportivo de Calvão. Obviamente, essa utilização tem uma pequena participação para ajudar o grupo desportivo de Calvão a pagar as despesas que tem, mas, não é esse o caso mais complicado. O mais complicado é transportar diariamente cerca de cem jovens que acarreta custos elevados e tem um desgaste muito grande. De referir que nos últimos anos, com o investimento que tem sido feito na área desportiva, aquilo que se pode ver é que, por exemplo, no caso do grupo desportivo de Calvão tem quase todos os escalões formação, cerca de cem jovens, a praticar

desporto. Portanto, cem jovens do grupo desportivo de Calvão, mais cem jovens da Betel e com cerca de duzentos do futebol clube vaguense só na prática de futebol existem cerca de quatrocentos jovens e crianças, e alguns adultos nos séniores, já para não falar da associação cultural e desportiva sozense e do CRAC da Parada de Cima. -----

----- Seguidamente pediu e usou da palavra o senhor César Grave para questionar o senhor presidente do porquê do subsídio não ser atribuído diretamente à Betel. -----

----- De seguida o senhor Filipe Mendonça Ramos referiu que não colocando em causa o mérito da obra é de opinião que este investimento é muito grande quando existem tantas necessidades na freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, assim como no restante concelho. Ainda há pouco tempo se falou sobre o calcetamento do cemitério de Ponte de Vagos, que nunca é concluído, entre outras obras. O investimento é muito grande para o benefício que pode tirar, até porque existem outros campos que podem ser utilizados e o senhor deputado não consegue encontrar uma justificação admissível para tamanho gasto, e tudo isto é um bocado descabido porque é muito dinheiro e não há nenhum critério de prioridade aos investimentos que estão a ser feitos. -----

----- Entretanto, o senhor Mário Tarenta usou da palavra para esclarecer que o subsídio atribuído pela câmara municipal ao grupo desportivo de Calvão, para aquisição do piso sintético, não foi a totalidade do investimento e sim uma parte, uma grande ajuda, claro está, porque os gastos vão muito para além do valor patrocinado pela autarquia. Faz parte das competências da câmara, este tipo de ajuda, mas não é tudo o que está ali investido, houve um grande esforço financeiro do clube, do povo de Calvão e o recurso a empréstimo junto de particulares para se concluir a obra e cumprir os contratos. Para evitar mal entendidos o senhor deputado esclareceu que não foi a câmara que fez sozinha, embora seja de louvar o esforço que fez para apoiar. -----

----- O senhor presidente usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Em resposta ao senhor deputado César Grave explicou que o subsídio não foi atribuído à Betel porque o processo iniciou com a junta de freguesia e com a câmara municipal e, além disso, os terrenos são propriedade da câmara. A câmara municipal adquiriu a maioria desses terrenos. Naquele projeto existem terrenos da junta de freguesia e terrenos da câmara e por isso é que se atribuiu o subsídio à junta de freguesia e não à Betel. No caso dos clubes, o senhor presidente ressaltou o que disse o senhor Mário Tarenta, há um esforço porque aquilo que a câmara dá não chega para pagar a totalidade da obra. Tem de haver sempre um esforço grande dos clubes para fazerem face ao restante. Em relação à questão do senhor Filipe Mendonça, obviamente, há aqui algumas questões, como por exemplo a do cemitério, que dizem respeito à junta de freguesia e não são competência da câmara municipal. O único cemitério que é da competência da câmara municipal é o de Vagos. Em relação às estradas está-se a fazer um esforço, nomeadamente nesta freguesia, para que elas fiquem em melhores condições. Do ponto de vista das mais valias o senhor presidente tem alguma dificuldade em discutir esse assunto, porque mais valia para ele, enquanto responsável autárquico, é ter atividades para os jovens para que eles possam estar afastados de outro tipo de caminhos e que no futuro tenham muitos mais custos para o estado. Portanto, este é um pequeno esforço que a câmara municipal está a fazer, faz com critério, e este critério é sobretudo perceber que este tipo de intervenções dificilmente serão



financiadas no próximo quadro comunitário de apoios porque, assim sendo, não tinha sentido estar a fazer-se esta intervenção neste momento. Entretanto, o senhor presidente solicitou autorização ao senhor presidente da mesa para responder a uma questão colocada pelo senhor José Martins, no período antes de trabalhos, que se esqueceu de responder. Autorização concedida esclareceu que os arranjos exteriores do estádio municipal já deviam ter sido concluídos mas o empreiteiro pediu uma prorrogação do prazo porque as zonas de estacionamento estavam muito alagadiças e, portanto, irá concluir a obra, se reunir condições, durante esta semana. Isto, para dizer o quê? Para dizer que recentemente se realizou a supertaça do distrito de Aveiro aqui no estádio municipal, o recreio desportivo de Águeda contra o grupo desportivo de São Joanense, e vieram pessoas de Águeda e de São João da Madeira e ficaram maravilhadas com a infraestrutura desportiva que Vagos tem. É muito bom, é sinal que Vagos tem boas infraestruturas desportivas a oferecer aos jovens do concelho e por isso é que o senhor presidente não discute este tipo de investimento que se faz, porque é preferível ter os jovens a praticar desporto, a frequentar a filarmónica vaguense, e outras atividades desportivas, culturais e de lazer e não enveredando por caminhos de destruição. É um investimento forte, é um investimento que só ocorre depois de ter sido feito um esforço de pagamento às IPSS's, e está aqui incluído o apoio dado à associação humanitária dos bombeiros voluntários de Vagos. Não se está, ainda, tão em dia como se gostaria mas já se está perto disso contudo, sentiu-se que havia necessidade de avançar com esta infraestrutura desportiva por se verificar que o esforço feito noutros locais teve um acolhimento positivo por parte das populações. Esta equipa que o senhor presidente preside, e que se candidatou às eleições autárquicas em 2013, só está a fazer cumprir aquilo que tinha no seu programa. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que este investimento na formação, ao contrário do que disse o senhor Filipe Mendonça Ramos, é muito bem feito. É precisamente na formação que se tem de apostar quando a intenção é construir uma sociedade melhor. O associativismo tem dado um grande contributo para a qualidade social, económica e bem-estar. A questão que se coloca, e sobretudo estas que têm formação, e que têm sido boas escolas de formação, como é o caso da Betel, do Vaguense, do Calvão e outras instituições noutras áreas, e deixa sérias dúvidas refere-se à Betel, que é uma IPSS's. A Betel tem feito um trabalho muito bom, e continua a fazer, na formação de jovens e por isso não se compreende esta situação, ou seja, se os terrenos foram adquiridos pela câmara o subsídio não devia ser atribuído à junta de freguesia e sim diretamente à Betel, e o senhor deputado deixou um aviso, *“obrigando a Betel, e não quero adiantar mais sobre esta matéria, mas deve de obrigar a Betel a separar as águas, do que é social e daquilo que é desportivo.”* Ao senhor Mário Castelhana o que lhe deixa dúvidas não é o montante, porque ele tem de ser transferido para os outros clubes e, certamente haverá razões que justifiquem os cento e setenta mil euros, e sim o enquadramento de legalidade, ou não, com que esta assembleia está a ser confrontada na aprovação deste subsídio à junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. -----

----- O senhor presidente da câmara referiu que quanto à questão da legalidade não há problema e podem todos ficar tranquilos e esclareceu que os terrenos não foram adquiridos à Betel, se é que foi isso subentendido, os terrenos foram adquiridos pela câmara em 2007, ou 2008, e depois foi atribuído um subsídio de cem mil euros, pago em 2013, e estes cento e setenta mil euros é um reforço ao que havia

sido pedido. A questão é dar continuidade porque o trabalho já está feito e o subsídio não foi atribuído à Betel porque ela não é a dona de obra. A dona de obra é a junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina que ficou encarregue de fazer a intervenção no espaço. Desde 2008 que a câmara municipal tem acordado com a junta de freguesia ser ela a dona de obra e a responsável pela sua execução. Noutras circunstâncias poder-se-ia ter adquirido os terrenos fazer um projeto e lançar um concurso público. Não foi feito esse caminho e o que se está, hoje, a fazer é a dar mais um passo para a obtenção do objetivo final que é ter o campo sintético. Relativamente às questões da separação da parte desportiva da parte social, da Betel, o senhor presidente não poderá responder mas julga que essa situação estará salvaguardada nos estatutos da instituição. -----

----- Retomou a palavra o senhor Filipe Mendonça Ramos para esclarecer que não é contra aquilo que falou, sobre o apoio à formação jovem, aliás tem o mesmo entendimento que o senhor presidente, e é necessário fortalecer esse investimento. O que o senhor deputado acha é que o investimento é muito avultado para o proveito que se pode tirar disso. -----

----- O senhor deputado José Martins usou da palavra e referiu que os deputados desta assembleia muitas das vezes não conhecem a realidade deste concelho e aconselhava-os a visitar as obras do concelho para estarem mais bem informados. As obras no campo da Betel já estão bastante avançadas, não é um processo que esta a começar agora e, portanto, o subsídio não poderia ser atribuído à Betel porque as obras foram iniciadas pela junta de freguesia. -----

----- De seguida pediu para usar da palavra o senhor André Pinho e pediu ao senhor presidente que continue a trabalhar e a fazer obra, independentemente das prioridades. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 2 (dois) votos contra, dos senhores deputados César grave e Mário Castelhana e 3 (três) abstenções dos senhores deputados Ana Paula Mourão, António Bastião e Filipe Mendonça Ramos. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 18 de junho de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO – MAPA DE PESSOAL 2014 – 1ª ALTERAÇÃO** -----

----- Apresentou o ponto a senhora vereadora Sara Caladé e explicou que esta alteração é feita para que se possa incluir um lugar na área jurídica, visto ser uma área em que a câmara municipal se encontra bastante deficitária. Portanto, a intenção é a criação de um lugar com esta formação. -----

----- Não havendo intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade**. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

----- Não havendo público a intervir, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo presidente da mesa. -----

----- **O presidente,** \_\_\_\_\_